

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 693/XIII/2.ª

PRODUÇÃO DE FÁRMACOS PARA DOENTES ONCOLÓGICOS, ATRAVÉS DO LABORATÓRIO MILITAR DE PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS

A indústria farmacêutica reduziu de forma muito significativa a produção de diversos fármacos utilizados nas quimioterapias de doentes oncológicos por considerar que não são suficientemente lucrativos. Para a indústria, um medicamento que se torna barato deixa de ter interesse, independentemente de ser eficaz e de ser necessário ao tratamento de vários doentes.

As farmacêuticas estão a agir com o objetivo de garantir negócios de milhões com fármacos que são essenciais para o tratamento de situações muito graves. Por isso reduzem a produção de medicamentos que consideram que são baratos, tornando-os escassos no mercado e fazendo subir, dessa forma, o seu preço no mercado. Acontece que, perante a escassez, só alguns países conseguem ter acesso a estes fármacos, obrigando-se a pagar mais por eles. Portugal é um dos países que enfrenta grandes dificuldades para os adquirir.

Colocar o negócio à frente da saúde das pessoas e prejudicar o acesso a medicamentos e a tratamentos para aumentar lucros é inaceitável. Por isso, o Estado português deve recusar, de forma muito clara, tal atitude e mostrar que não aceita chantagens e deve produzir estes fármacos, essenciais para o tratamento de doenças oncológicas.

Como disse a responsável da Unidade da Mama e do Programa de Investigação do Cancro da Mama da Fundação Champalimaud, “estamos a falar de fármacos básicos necessários para cerca de 80% dos doentes oncológicos”. É responsabilidade do Estado garantir que os doentes oncológicos não são prejudicados pelas decisões de negócio das farmacêuticas. É responsabilidade do Estado garantir que todos os doentes oncológicos têm o acesso aos fármacos de que necessitam para o seu tratamento.

Com esta quebra deliberada na produção registam-se situações recorrentes de rutura de stock destes fármacos, obrigando as farmácias hospitalares a emprestar entre si, mas, mais grave do que isso, a falta destes fármacos obriga muitas vezes à prescrição de terapêutica alternativa, menos eficaz e mais cara. Isso mesmo é referido pelo diretor do Programa Nacional para as Doenças Oncológicas quando diz que os médicos “procuram esquemas terapêuticos alternativos que podem não ter tanta eficácia e, principalmente, não estar tão estudados”.

A decisão das farmacêuticas prejudica toda a gente: os hospitais que ficam com graves constrangimentos no seu funcionamento; o Estado que tem que pagar mais por medicamentos mais caros e menos eficazes; os médicos que têm de experimentar outros esquemas terapêuticos; os utentes a quem não são disponibilizados os fármacos mais básicos e eficazes.

O Estado e, em especial, os utentes não podem ficar reféns dos apetites da indústria, nem podem ser prejudicados pela sua vontade de gerar mais e mais lucros. Por isso, o Bloco de Esquerda propõe com a presente iniciativa legislativa que o Governo garanta, junto do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, a produção dos fármacos para tratamento de doenças oncológicas que a indústria está a restringir ou a descontinuar.

Lembre-se que o Laboratório Militar já chegou a produzir o lote de 40 medicamentos e fármacos mais utilizados por todo o Serviço Nacional de Saúde e que ainda hoje produz medicamentos para doenças raras ou outros que a indústria descontinuou, mas que continuam a ser essenciais para tratar doentes e salvar vidas.

Nos últimos anos houve um desinvestimento muito acentuado no Laboratório Militar, que se traduziu no corte de verbas orçamentais, ano após ano. No mês de agosto anterior às eleições legislativas de 2015, o Governo de então avançou mesmo com um

projeto de decreto-lei que visava a extinção do Laboratório Militar, algo incompreensível do ponto de vista do interesse nacional.

É necessário que um país, que se quer soberano, invista em setores e áreas estratégicas. A área do medicamento é uma delas. Portugal não pode ser um país sequestrado pelos interesses da indústria farmacêutica e os utentes e doentes não podem ser vítimas da voragem do lucro.

Garantir uma maior produção de fármacos e medicamentos é uma medida que defende o interesse nacional. Garantir que o Serviço Nacional de Saúde tem acesso aos fármacos de que necessita, independentemente dos apetites da indústria, é uma questão de interesse nacional. Garantir a produção e o acesso aos fármacos e medicamentos mais necessários é acima de tudo uma questão de defesa dos direitos dos utentes.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

Desencadeie as medidas necessárias para que o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos inicie a produção dos fármacos para tratamento de doentes oncológicos que as farmacêuticas estão a descontinuar ou cuja produção está a ser reduzida.

Assembleia da República, 2 de março de 2017.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,